



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 3

Sessão Extraordinária

2.ª Reunião de 11-02-2002

Aos onze dias do mês de Fevereiro de dois mil e dois, no Auditório 2 do Centro Cultural e de Congressos, nesta cidade de Aveiro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e Segundo Secretário Pedro Machado Pires da Rosa, e com a presença dos seguintes Vogais, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Maria Teresa Fidélis da Silva, José da Cruz Costa, Jaime Simões Borges, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Maria Isabel Almeida Velada, Fernando Manuel Teixeira Alves, João Alberto Simões Barbosa, Álvaro Patrício do Bem, Jaime Manuel Pereira Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, Rui Manuel Pereira da Costa, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Pinho e Melo, Liz Miguel Marques Silva, João Carlos Martins Valente, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, Fernando Vieira Ferreira, Diamantino Laranjeira Simões Jorge, Vítor Manuel Santos Marques, António dos Santos Costa, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18:30 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

Maria da Conceição Seixas Almeida, Jorge Manuel do Nascimento e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, o vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, e os Vereadores Marília Fernandes Correia Martins, Ângelo Pereira Pires, Joaquim Manuel Silva Marques e Luís Miguel Capão Filipe.

A Vereadora Lusitana Maria Geraldês da Fonseca entrou na sala às 20:00 horas

Seguidamente o Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia, nos termos do artigo 79.º da Lei 169/99, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 da substituição dos Vogais Manuel Júlio Braga Alves, António Luís Gomes Carvalho e Henrique Manuel Morais Diz, nesta reunião, pelos cidadãos imediatamente a seguir na ordem das respectivas listas partidárias, respectivamente, Fernando Manuel Teixeira Alves, Jaime Manuel Pereira Reis Vinagre e Rui Manuel Pereira Costa. Foram efectuados o reconhecimento de poderes.

Continuando o Presidente da Mesa deu continuidade à ordem de trabalhos para esta Sessão Extraordinária.

PONTO N.º 7 – O CASO DO “PRÉDIO SEVERIM DUARTE”.

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara

(entrou na sala o Vogal Diogo Manuel Santos Soares Machado)

Membros da Assembleia:

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal António Salavessa (PCP):

“apresentou na Mesa o seguinte requerimento: «Nos termos da lei venho requerer à Mesa que solicite à Câmara de Aveiro os seguintes elementos referentes à obra na Casa de Severim Duarte.

- área de construção acima da cota do solo no primeiro projecto.

- a mesma área no projecto actualmente em aprovação».

Vogal Maria António Pinho e Melo (PPD/PSD): Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção.

“Eu queria fazer sucintamente um esclarecimento. Este assunto foi tratado na Câmara Municipal de Aveiro no mandato anterior, quando eu era vereadora. E queria realmente que, ficasse claro, que eu votei contra a solução aprovada pelo conjunto dos Vereadores. Também queria a reconstituição da fachada; aliás, durante todas as minhas intervenções eu tenho pugnado pela conservação do património construído.

Penso que são legítimos os interesses dos promotores imobiliários, mas compete às câmaras e às assembleias defender o património construído sempre que isso seja possível. Portanto, foi nesse sentido que eu não aprovei e votei contra a solução aprovada pela Câmara”.

Vogal Vítor Marques (CDS/PP)

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara

A

Membros da Assembleia:

Vogal Santos Costa (CDS/PP)

PONTO N.º 8 – PLANO DE PORMENOR DO CENTRO.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 24/01/2002, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

No uso da palavra, o Presidente da Câmara fez uma breve introdução do assunto, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

Membros da Assembleia:

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)

Vogal Gustavo Barros (PPD/PSD): Entregou à Mesa e às bancadas, documento com apreciação sobre o Plano.

(entrou na sala o Vogal Manuel Vieira dos Santos)

Vogal Raúl Martins (PS)

Vogal Teresa Fidélis (PS): Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção.

B

“Exmo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia

Exmo Senhor Presidente da Câmara

Caríssimos Vogais

Com a Vossa licença, vou continuar ao meu estilo, isto é, como “peixe fora de água” que precisa de recorrer às notas escritas.

Não é que não lamente não intervir de outra forma. Mas como V. Exa afirmou na 5ª feira passada, embora num outro contexto, há por aqui gente tímida ou sem dons de palestrante. E não vejo que seja necessariamente um mal, se intervirmos com seriedade e dedicação às nossas funções. Confesso que tive vontade de ligar o computador, por pura traquinice, mas optei por utilizar apenas papel por uma questão de escassez de espaço na mesa dado novo reforço humano da minha bancada.

Pedi a palavra neste ponto de ordem de trabalhos por pretender fazer uma breve intervenção a propósito do Plano de Pormenor do Centro.

Contudo, e tentando não ultrapassar o limite de tempo que me é concedido, gostaria de tecer algumas considerações preliminares acerca da minha participação nesta Assembleia.

O primeiro comentário tem a ver com o início dos trabalhos desta nova Assembleia Municipal: Não foi preciso estar muito atento na anterior reunião para constatar as evidentes preocupações por parte do executivo camarário sobre a celeridade dos trabalhos. Preocupação essa que era solidariamente manifestada pela minha bancada. Havia, e há decisões urgentes e importantes a tomar. Apesar desse facto, o Exmo Senhor Presidente da Assembleia, e permita-me que o felicite por isso, mostrou que de facto que sabe ser “todas as cores do arco-íris” tal como nos advertiu na Sessão de tomada de posse da Assembleia. Na verdade, deu tempo para possíveis iniciativas de vogais manifestarem expectativas enquadradas no facto de estarmos perante uma primeira sessão de trabalho desta assembleia.

É verdade que há fortes factores de continuidade: temos (e digo isto com profunda admiração e satisfação) o mesmo Presidente da Câmara, o Dr. Alberto Souto; temos também o Sr. Vereador Eduardo Feio (e digo-o também com particular agrado por se tratar de uma pessoa por quem tenho grande estima profissional e pessoal); e estamos, no caso deste ponto da ordem de trabalhos, a tratar de uma questão relativamente à qual foram herdados contributos da anterior assembleia Municipal, estando portanto o processo de tomada de decisão já numa fase avançada.

Não é no entanto verdade que globalmente estejamos perante igual Executivo ou igual Assembleia — aos quais aproveito para felicitar e desejar os maiores sucessos.

Creio não incorrer num grande erro se lembrar que uma Assembleia Municipal, para além da fiscalização do Executivo, tem também um papel fundamental no debate político e de ideias sobre Aveiro, na expressão e discussão de diferentes expectativas dos cidadãos trazidas pelos seus representantes. Esta Assembleia, sendo o mesmo órgão autárquico, é agora constituído por um novo grupo de pessoas que irão trabalhar em conjunto, para bem de Aveiro, nos próximos 4 anos. Estamos perante pessoas com diferentes formações, sensibilidades e simpatias e não apenas perante meros representantes de estruturas políticas partidárias locais, pelo que incentivar, ainda que sob estrito controlo de tempo, breves iniciativas neste âmbito, só pode contribuir para que esta nova Assembleia adquira “á vontade”, identidade e coerência. Se para muitos esta Sessão não é mais do que um momento de continuação de trabalho anterior, para outros é o início de um processo de aprendizagem e de dedicação a e por Aveiro, que só pode e deve ser valorizado e promovido. É verdade que na Sessão de tomada de posse, V. Exa e os líderes das bancadas apresentaram os seus

manifestos, mas tal aconteceu inserido num outro formalismo e longe deste nosso ambiente. Pena é que este aspecto, salvo honrosas excepções, tenha sido pouco referido. Confesso, talvez por ser novata (ou híbrida) nestas andanças, esperava um pouco mais por parte desta Assembleia.

E já que falo em estruturas políticas partidárias, passo ao segundo comentário que pretendia fazer antes de entrar no Plano de Pormenor. Numa das sessões da anterior assembleia fiz uma intervenção crítica que aludia às estruturas hierárquicas associadas às bancadas dos partidos políticos aqui representados. Eu, como independente, tal como antes, embora agora com um novo lugar que assumo com humano regozijo mas acrescido sentido de responsabilidade, gostaria de reafirmar publicamente o meu igual respeito por todos os membros da minha bancada, independentemente dos lugares assumidos na lista de candidatura à Assembleia. Tal como anteriormente, também agora considero as pessoas mais importantes do que cadeiras. Será sempre com especial admiração que verei pessoas dedicarem-se generosamente a uma causa política, a uma ideologia, ou a um lugar e que lhes permanecem fiéis independentemente de eventuais vicissitudes ou contrariedades do tempo. Convosco aprendo este mundo, umas vezes mais ou menos fascinante, da política local.

Para concluir esta minha intervenção passo então ao Plano de Pormenor do Centro.

Tendo já manifestado a minha intenção de voto favorável sobre este Plano, consubstanciada num conjunto de aspectos relacionados com planeamento urbanístico, não vou agora acrescentar muito mais, até porque as alterações introduzidas no Plano não me parecem justificar novos comentários relativamente ao que já disse. Há no entanto um aspecto que gostaria de salientar e que acredito ser determinante para o sucesso desta intervenção urbanística (e que aliás se pode estender a outras intervenções, nomeadamente aquela que vai inserir na área POLIS). E este aspecto, tem a ver com a qualidade urbanística e ambiental do novo espaço. Pela localização central do Plano relativamente ao centro da cidade e pela sua elevada densidade (humana e construtiva) o actual executivo tem entre mãos uma enorme responsabilidade em marcar positiva (ou negativamente) a imagem, o perfil e a vivência da cidade. A máxima exigência na qualidade e coerência entendidas num vasto conjunto de factores devem ser preocupações chave da Câmara Municipal aquando da apreciação e aprovação das propostas de edifícios e arranjos exteriores. E esta afirmação deve ser entendida e estendida a toda a área abrangida pelo Plano e não apenas a alguns conjuntos de edifícios. Sem pretender defender extremadas e ortodoxas correntes de nostalgia, creio que as características da história da arquitectura na cidade, dos materiais, identidades e simbologias locais, não deveriam ser esquecidos e ignorados aquando dos exercícios de projecto. Só assim Aveiro saberá ser cidade com carácter e enquadrada nas correntes desejáveis ou não de globalização que, como saberão, se estendem não apenas ao sector empresarial ou às alterações climáticas mas que se esboça também em intervenções urbanísticas desta dimensão e natureza. A Câmara não pode promover nem tão pouco permitir que a concretização deste Plano se faça através de conjuntos de edificado desconexos do ponto de vista arquitectónico, estético e ambiental, ainda que sugeridos por brilhantes profissionais. Veja-se (por exemplo) as zonas habitacionais adjacentes ao Parque das Nações – onde ali podem observar diversos projectos de elevadíssimo mérito, mas cujo conjunto resultante por vezes mais parece uma desconcertante manta de retalhos. Relativamente a esta advertência é previsível O Sr. Presidente da Câmara me responda que o Regulamento do Plano já contempla medidas de controlo de qualidade relacionadas com o espaço urbanístico, nomeadamente, as medidas de selecção de materiais, características cromáticas, estéticas, etc. — sem dúvida que o Plano tem. Mas o seu conteúdo está longe de poder garantir a qualidade e coerência urbanística e ambiental de todo o espaço, dos diversos conjuntos de edificado previstos. Aspectos como a eficiência energética dos edifícios, a adopção de sistemas inovadores de recolha selectiva de resíduos urbanos, entre

outros, estão longe de ser concretizados neste regulamento do Plano. Assim sendo, a Câmara deverá assumir perante esta assembleia a preocupação e responsabilização pela salvaguarda, senão mesmo de atribuição de prioridade, à qualidade do espaço a criar na cidade em detrimento de outros valores subjacentes à intervenção urbanística.

Por último queria fazer algumas breves questões que gostaria de ver respondidas.

Há alguma medida prevista para incentivar a utilização de materiais de construção do concelho ou do distrito e assim contribuir para fortalecer a base económica local e regional? E que medidas estão previstas quanto a pistas de bicicletas e respectiva articulação com as já existentes na restante cidade?

Última questão: Qual é a política urbana no domínio social prevista neste Plano? Há medidas previstas para evitar que esta área seja um ghetto para a classe média alta? Chamo a atenção para o facto da limitação da polarização de grupos sociais constituir uma forma determinante para promover a coesão social na cidade. Quais são as preocupações de integração ou articulação das diversas classes sociais presentes em Aveiro num espaço central e novo como este?.”

Vogal Virgínia da Silva Veiga (PS)

Vogal Vítor Marques (CDS/PP)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Concluída a intervenção do Vogal, o Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos para o jantar. Eram 20:30 horas.

SEGUNDA PARTE

Pelas 22:15 horas, foram retomados os trabalhos, presididos pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e Segundo Secretário Pedro Machado Pires da Rosa, e com a presença dos seguintes Vogais, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Maria Teresa Fidélis da Silva, José da Cruz Costa, Jaime Simões Borges, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Maria Isabel Almeida Velada, Fernando Manuel Teixeira Alves, João Alberto Simões Barbosa, Álvaro Patrício do Bem, Jaime Manuel Pereira Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Rui Manuel Pereira da Costa, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Pinho e Melo, Liz Miguel Marques Silva, João Carlos Martins Valente, Fernando Vieira Ferreira, Diamantino Laranjeira Simões Jorge, Vítor Manuel Santos Marques, António dos Santos Costa, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus e António Manuel dos Santos Salavessa.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, Maria da Conceição Seixas Almeida, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Jorge Manuel do Nascimento e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, o vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, e os Vereadores Lusitana Maria Gerales da Fonseca e Ângelo Pereira Pires.

Retomados os trabalhos, o Presidente da Mesa deu continuidade à discussão do ponto em apreço — Plano de Pormenor do Centro.

Membros da Assembleia:

Presidente da Mesa

(entrou na sala o Vogal Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros)

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD)

Não se verificando mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação o ponto n.º 8 da ordem de trabalhos, Plano de Pormenor do Centro, sendo o mesmo aprovado por maioria de vinte e um votos a favor (PS19+CDS2), doze abstenções (PSD10+CDS2) e dois votos contra (PCP1+PSD1).

Seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal António Salavessa (PCP):

“Votei contra o Plano de Pormenor do Centro, apesar de ter aprovado as alterações que fizeram dele um Plano menos mau, mas que não lhe alteraram a natureza de intervenção urbanística, inadequada para o centro da cidade que defendemos. Isto porque:

a) Quase quinhentos mil metros quadrados de construção, para uma área plana de cento e doze mil metros quadrados, é não só excesso, mas também contrário às normas do plano director municipal e às orientações do plano estratégico da cidade;

b) Porque se prevê a instalação de cerca de sete mil residentes numa área que corresponde a um décimo da freguesia da Vera Cruz, sem que se preveja a criação dos correspondentes equipamentos necessários para os residentes e para aqueles que aqui vão trabalhar;

c) Porque consideramos que a ocupação deste espaço, corresponde à capitulação do interesse público no terreno dos interesses dos promotores imobiliários;

d) Este Plano não resolve problemas já existentes no plano da cidade: densificação, impasses e bloqueamentos na circulação automóvel, etc. — antes os agrava.

Este Plano representa um perda de oportunidade para Aveiro.”

Vogal Filipe Neto Brandão (PS):

“Reiteramos hoje, os considerandos que fundamentaram já a nossa votação favorável aquando da anterior aprovação do Plano (hoje regressado da fase de inquérito público), com a certeza de ter esta Assembleia Municipal contribuído para melhorar sensivelmente a proposta camarária. Votámos favoravelmente este Plano, por entendermos que ele consubstancia, não obstante compromissos herdados de executivos anteriores que o condicionaram, um apreciável exercício de urbanismo.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD):

“A bancada do PSD maioritariamente absteve-se, porque entende que, embora as alterações tenham melhorado, há um excesso de ocupação do solo com a construção. Dado que parte dessa excessiva ocupação se deve a compromissos anteriormente assumidos, compreendemos que não seja possível reduzi-la. No entanto, gostaríamos que as questões levantadas pela

bancada do PSD, nomeadamente a diminuição da cércea dos lotes 16, 17 e 18 e a localização destes edifícios próximos da via férrea fosse corrigida.

Achamos por outro lado urgente, que se inicie a construção, para que aquela área baldia no centro da cidade adquira finalmente um aspecto mais urbano. Esperamos que haja bom senso por parte dos promotores do Plano e pelos Serviços de Fiscalização Municipal, para que o centro das cidade não se transforme num enorme estaleiro que perturbe a tranquilidade e prejudique o nível de vida dos aveirenses”.

Continuando, o Presidente da Mesa deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal.

PONTO N.º 9 – ALTERAÇÃO AO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL (REGIME SIMPLIFICADO)

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 24/01/2002, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

No uso da palavra, o Presidente da Câmara fez uma breve introdução do assunto, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

Membros da Assembleia:

Vogal António Salavessa (PCP)

Vogal Teresa Fidélis (PS)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara

De seguida o Presidente da Mesa colocou à votação o ponto n.º 9 da ordem de trabalhos, Alteração ao Plano Director Municipal (regime simplificado), sendo o mesmo aprovado por maioria de trinta e quatro votos a favor (PS19+PSD10+CDS4+PCP1) e uma abstenção (PSD1).

Não houve declarações de voto.

Continuando, o Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia a acta em minuta respeitante a esta reunião. Depois de lida foi colocada à discussão não se verificando intervenções. Submetida à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade e cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Não havendo nada mais a tratar, o Presidente da Mesa deu por concluída a Sessão Extraordinária.

Eram 23:30 horas do dia 11 de Fevereiro de 2002.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 61.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:30)